

*Vias de comunicação, conquista territorial e
colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX:
a gênese do pensamento político capixaba*

ESTILIQUE FERREIRA DOS SANTOS
Universidade Federal do Espírito Santo

TENDO SIDO, NA ERA COLONIAL, uma capitania relativamente marginalizada e isolada das correntes comerciais externas que poderiam dinamizar sua economia, o Espírito Santo acabou submergindo praticamente em atividades de subsistência absolutamente incapazes de gerar um desenvolvimento consistente. A crise secular da produção açucareira, que na verdade iniciou-se com a intromissão direta dos holandeses na sua produção, nas Antilhas, a partir da segunda metade do séc. XVII, afetou drasticamente as áreas produtoras do açúcar brasileiro, especialmente aquelas mais afastadas, como o Espírito Santo, que deixaram de ser competitivas em função da elevação dos custos de produção decorrente das dificuldades no abastecimento de escravos e da elevação dos custos de transporte, gerados por um ambiente internacional altamente competitivo. Área distante dos grandes centros produtores do açúcar (Bahia e Pernambuco), deslocada, por consequência, da geografia econômica desse produto, e com relativamente poucas terras apropriadas e disponíveis para o cultivo da cana, o Espírito Santo não tinha como responder de forma bem sucedida a uma nova condição mundial do mercado açucareiro, também marcada pela superprodução e por preços decrescentes.

Para agravar mais ainda esse quadro de estagnação, sobrevieram, desde os primórdios do séc. XVIII, alegadamente por motivos de segurança, restrições ao trânsito para a região das Minas Gerais, florescente área mineradora no interior do país, da qual o Espírito Santo permanecerá praticamente isolado.

Assim, não podendo beneficiar-se do desenvolvimento gerado pela mineração e persistindo as razões estruturais de sua estagnação, o Espírito Santo acabou convertendo-se numa espécie de “cinturão protetor” das minas, permanecendo a maior parte de seu território habitada por tribos indígenas aguerridas que acabaram se transformando, elas próprias, em mais um sério obstáculo à expansão da fronteira agrícola para o interior.¹

Na verdade, esse quadro de estagnação acabou convertendo-se num autêntico círculo vicioso, uma vez que os seus diversos fatores passaram a atuar em reciprocidade. Assim, crise da produção para exportação, isolamento relativo da capitania, reduzida capacidade de penetração da colonização para o interior, baixo crescimento populacional e sobrevivência ameaçadora de grupos indígenas refratários ao processo de colonização eram todos fatores interligados que atuavam no mesmo sentido e não é surpresa que ao nomear o inteligente Silva Pontes novo governador para a capitania, em 1797, o então príncipe-regente e futuro Dom João VI tenha advertido em seu decreto que o fazia com a clara intenção de “reanimar a quase extinta capitania do Espírito Santo”. A questão estratégica que se colocava então era exatamente a de como sair desse impasse e criar um “círculo virtuoso”, que levasse ao desenvolvimento.

O primeiro projeto de revitalização da antiga capitania do Espírito Santo na etapa moderna foi justamente o formulado pelo governador Antonio Pires da Silva Pontes, o qual, logo depois de assumir o cargo, liberou oficialmente em 1800 a navegação do rio Doce, abolindo as restrições legais que tinham sido impostas a esse trânsito ao longo do séc. XVIII. Em seguida, superestimando as conseqüências de uma ação que teve poucos efeitos práticos, e embalado pelas falsas expectativas que ela gerou, Silva Pontes formulou a idéia de que uma vez estabelecida a ligação com Minas Gerais pelo rio Doce era preciso reativar a navegação direta para Portugal, o que, no seu entender, exigiria que “seja o porto do Espírito Santo (Vitória) o depósito dos efeitos do Rio Paraíba, assim como será dos do Rio Doce”², uma sugestão visionária que implicava a centralização das exportações da região no porto de Vitória e era um projeto fundamentado essencialmente no desenvolvimento de Vitória e de sua região. Naquele momento, ele visualizou, inclusive, a necessidade de povoar o vale do rio, e que não seria “a gente da Capitania a que há de povoar o rio Doce, mas devem ser casais e famílias descidas das Minas ou vindas das Ilhas dos Açores”³: uma idéia pioneira no sentido da imigração “estrangeira” para o Espírito Santo que fazia, além disso, uma interessante associação entre a abertura da ligação com Minas e a necessidade de povoar a região percorrida

por essa ligação, para que esta última pudesse viabilizar-se tanto no aspecto comercial e agrícola quanto no aspecto propriamente militar, num claro reconhecimento da importância da “questão indígena”. Chama a atenção também o fato de que Silva Pontes formulou esses planos já com a clara convicção de que se tratava de evitar definitivamente o domínio que o Rio de Janeiro exercia sobre o comércio do Espírito Santo, ou, como ele dizia, “a posse em que está a Praça do Rio de Janeiro de abranger os frutos desta Capitania”⁴. Com Silva Pontes, portanto, pela primeira vez, a administração centralizada em Vitória formulava um claro projeto de desenvolvimento regional, centrado em Vitória, mas com os olhos postos no desenvolvimento integral do território da antiga “Capitania”.

Como veremos no decorrer desta exposição, as idéias básicas de Silva Pontes, retificadas, tiveram um longo futuro na história do Espírito Santo, entretanto, naquele momento, estavam muito distantes as condições que poderiam tê-las viabilizado, e o tempo iria provar que para a realização desses planos não bastava a boa vontade de governantes como ele, para o qual, em seu voluntarismo, nada mais era preciso, “dadas as ordens, do que um governante honrado”⁵.

De fato, em 1811, no ofício que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao Conde de Linhares, influente ministro de Dom João VI, protetor de Silva Pontes e entusiasta da abertura do Rio Doce, fazia-se um diagnóstico bem mais realista da situação deixada por Silva Pontes e arrolavam-se os obstáculos interpostos à realização do projeto do ex-governador. Na opinião de Manoel da Cunha, o “ardente desejo” de Linhares em “promover a prosperidade da capitania do Espírito Santo e a navegação do rio Doce”⁶ chocava-se então com a decepcionante realidade de um rio que apesar de prometer “as maiores vantagens” ainda “vivia como esquecido e sepultado no meio das tribos Botocuda e Manaxó”⁷ e que “se excetuarmos a João Felipe de Almeida Calmon, afazendado antes na vila de Benevente onde ainda conserva o seu estabelecimento, e hoje transplantado em Linhares com escravos desde novembro de 1809, não se vê ali outro lavrador capaz de adiantar a agricultura”⁸, e mesmo os desertores que para a região tinham sido enviados “desampararam aquele lugar delicioso, não pelo temor das moléstias epidêmicas, como diz o atual governador, mas sim pelo seu desmarcado terrorismo, que aí desenvolve eles desertarem novamente, levando cada um a sua arma das que desta corte foram para se fazer a guerra ao gentio”⁹. Para ele, a guerra que o próprio Linhares havia declarado aos índios da região em 1808, logo depois da chegada da corte ao Rio de Janeiro, “não teve o êxito que se esperava”, uma vez que,

as divisões destinadas a penetrarem no interior do país para atacarem a nação botocuda, sem mais combinarem as suas operações, apenas faziam algumas marchas, o retrogradavam logo em dois ou três dias. O gentio assoberbado, e de alguma sorte vitorioso, inutilizou sempre o nenhum esforço dessas divisões, e audazmente continuou a atacar os lugares mais vizinhos da vila da Vitória, como fez por duas vezes na maior parte da freguezia da Serra, chegando a última até mesmo a Carapina, distante duas léguas da vila da capital, onde se acham refugiados os habitantes daqueles sítios.¹⁰

Nesse sentido, Manoel da Cunha questionava inclusive a decisão de abrir estradas na direção do sertão já que elas teriam se convertido no meio “mais pronto e eficaz para que o gentio fizesse as suas incursões, mostrando-se-lhe com o dedo o trilho que deviam seguir”¹¹. E como resultado final dessa situação e das dificuldades técnicas colocadas pelo próprio rio, segundo ele, teria se atrofiado a sua navegação e as únicas embarcações que ainda o frequentavam eram aquelas enviadas pelo governo conduzindo alimentos para os ocupantes dos três quartéis ali existentes “por ser tanta a desgraça e inércia, que nem a farinha de mandioca ali há para a sua sustentação”. Num claro reconhecimento da conexão existente entre as diversas questões em jogo, Manoel da Cunha finalmente admitia que a navegação do rio “podia estar aumentada se o fértil terreno daquele rio tivesse a sua precisa cultura; porque se exportando as produções, não deixaria de haver quem ali fosse, por meio de balizas semeadas na barra, procurar os gêneros desse Nilo brasileiro [...]”¹²; ou seja, ele admitia que se estava num círculo vicioso difícil de ser rompido.

Por essa razão, em outra memória escrita poucos meses depois ao adversário de Linhares, no ministério, o conde da Barca (Antônio Araújo de Azevedo) e tendo em vista o fracasso inicial do projeto de Silva Pontes de transformar o rio Doce na principal via de comunicação com Minas Gerais, o mesmo Francisco Manoel da Cunha enfatizava uma sugestão já feita no primeiro ofício, mas que segundo tudo indica começava a tomar corpo em Vitória: a idéia de realizar essa ligação por via terrestre. Depois de descrever o rio de Santa Maria como um rio “assaz belo” que já tinha suas margens “cobertas de fazendas” e “preciosas madeiras” e chamar a atenção para o fato de que esse rio era navegável e desaguava na própria baía de Vitória, ele concluía que:

Se a nova estrada que de Minas Gerais se dirige pela serra dos Arripiados, e que segundo dizem, vai ter à Capitania do Espírito Santo, por esse rio de Santa Maria se efetuasse, seria esta comunicação de maior vantagem que a navegação do Rio Doce, porque desembocando o dito rio quase légua e meia distante da vila, no lugar chamado Lameirão, seriam facilmente exportados os gêneros de Minas, importados diretamente na vila de Vitória¹³

Uma sugestão que parece ter sido levada a sério e que alteraria de maneira decisiva a prioridade do governo, que se deslocaria agora do norte para o centro da capitania.

De fato, no ano seguinte, 1812, assumiu o cargo de governador o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, que receberia expressas instruções de Dom João VI no sentido de providenciar a abertura de uma estrada que partindo de Vitória, e atravessando a região central da província, atingisse a cidade mineira de Ouro Preto. Na Carta Régia de dezembro de 1816, em que o rei se congratulava com Rubim pelas iniciativas já tomadas nesse sentido desde 1814, Dom João associava claramente a construção de vias de comunicação terrestre com Minas Gerais à necessidade de promover o desenvolvimento comercial entre as duas capitanias e à expansão da fronteira agrícola da capitania do Espírito Santo, por meio da ocupação de suas vastas terras, devolutas e despovoadas (na sua visão) e do combate às populações indígenas ainda remanescentes na área. Reconhecendo que já estaria aberta

[...] uma estrada com mais de 22 léguas de distância desde o último morador do rio Santa Maria até perto da margem do Rio Pardo e nela estabelecidos, com as competentes guarnições, os quartéis de Bragança, Pinhel, Serpa, Ourém, Barcelos, Vila Viçosa, Monforte e Souzel, em distância de três em três léguas, para guarda, segurança e comodidade dos viajantes e para facilidade das recíprocas comunicações comerciais que tanto desejo promover e auxiliar, [...].¹⁴

Dom João, no mesmo espírito da decisão de 1808 que havia determinado guerra aos indígenas, também autorizava que se abrissem

[...] muitas outras diferentes estradas por todo o vasto sertão que separa as duas capitanias, a fim de que possa ser reduzida à cultura; aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas que nele conste haverem e que se acham até ao presente fora do alcance dos meus vassalos pelos perigos que se exporiam sendo acometidos pela feroz e bárbara raça dos botocudos [...].¹⁵

A obra empreendida por Rubim, porém, implicou custos muito elevados e produziu resultados imediatos decepcionantes, uma vez que tendo sido iniciada em 1814, segundo consta, só em 1820 deu passagem à primeira boiada trazida de Minas Gerais. Saint Hilaire, viajante e naturalista famoso que visitou o Espírito Santo em 1818, relata que alguns anos depois, em 1824, Guido Tomás Marliere lhe escrevera uma carta dizendo que o “caminho” entre Minas e o Espírito Santo estava completamente concluído e tinha sido frequentado por caravanas e tropas de burros; entretanto, ele acrescentava que,

[...] os mineiros, não conseguindo vender seu gado e outras mercadorias na Vila da Vitória, onde os habitantes, em sua maioria, se alimentavam de peixe e mariscos, acabaram renunciando a todo o comércio com o Espírito Santo; e agora o caminho está obstruído por troncos caídos, cipós e galhos de árvores. É bem difícil [...] que os habitantes tão apáticos da Província do Espírito Santo façam florescente sua região. (Saint Hilaire, 1974:109).

Uma observação desanimadora que admitia implicitamente, no entanto, que para o fracasso da nova ligação com Minas Gerais a ameaça indígena havia jogado um papel bem menos relevante do que aquele que havia tido na região do rio Doce, como vimos, e que chamava a atenção agora para os problemas econômicos inviabilizadores da referida ligação, em que pese a informação dada pelo próprio executor da obra de que havia sido difícil conseguir trabalhadores para ela em virtude do “terror pânico” que eles sentiam diante da ameaça indígena. De fato, alguns anos depois, esse mesmo construtor, o coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, também fazendeiro no eixo inicial da estrada, na região de Viana, relatou que:

[...] na vasta extensão de terrenos entre esta província e a de Minas existe uma nação Puri, que é de grande utilidade a esta província e ao império o serem aldeados, pelo número de braços que se acham despertos, que mesmo agora servem de utilidade no arrancamento de ipecacuanha, escolhendo o quartel de Chaves para o mesmo aldeamento por ser lugar próprio de sua maior estada.¹⁶

Uma idéia defendida em 1831, que já refletia a mudança na política indigenista do governo central, e da qual resultaria, já em 1845, a criação do Aldeamento Imperial Afonsino na região do Castelo, num indício de que nessa região central a resistência indígena já não era completamente capaz de brear o expansionismo e a conquista e se tornava mais adequado privilegiar uma política de “atração” das populações indígenas remanescentes.

De qualquer forma, o fracasso inicial da estrada colocou em dúvida a possibilidade de transformar Vitória em centro de atração das exportações mineiras, hipótese que estivera na origem da idéia da ligação das duas capitânicas, em virtude das facilidades oferecidas pelo porto do Rio de Janeiro, descobrindo-se, ao mesmo tempo, que a viabilidade da ligação por via terrestre com Minas, tal e qual divisara Silva Pontes com relação à sua ligação fluvial, como vimos, implicava e pressupunha necessariamente o desenvolvimento populacional e comercial de Vitória e de toda a região servida pela estrada, justamente o objetivo que pretendia realizar-se com a construção da mesma estrada, ou seja, continuava-se na verdade no mesmo círculo vicioso. Por esse motivo, foi o

próprio governador Rubim, com a intervenção do intendente da polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, que trouxe para o Espírito Santo, na mesma época (1813), a primeira leva de imigrantes “estrangeiros”, cerca de 50 casais de açoreanos, que foram alocados em terras próximas à capital, na vila que hoje leva o nome de Viana, situada justamente no eixo da estrada que se estava iniciando para Minas, numa clara demonstração de que já naquela altura prevalecia o entendimento de que a viabilização da via de transporte implicava o desenvolvimento populacional (através da criação de núcleos coloniais) e comercial da região, desenvolvimentos esses que implicavam, por sua vez, a adequação dos meios de transporte. Nesse sentido só parcialmente tinha razão Serafim Derenzi quando notou que “Rubim compreendeu que o problema da colonização estava intimamente ligado ao do transporte” (Derenzi, 1965: 126), (no sentido de que seria inútil introduzir o colono, fazê-lo produzir e abandoná-lo à própria sorte, sem criar os meios de infra-estrutura convenientes à efetivação de sua ligação com os centros consumidores e de exportação, no caso, a capital Vitória), uma vez que o contrário também era verdadeiro, ou seja, Rubim também teria verificado que o problema dos transportes e da ligação com Minas só se viabilizaria com o desenvolvimento da colonização.

O estado letárgico da economia regional nas primeiras décadas do séc. XIX, ainda profundamente entregue às atividades de subsistência, (pesca, etc.), no entanto, limitou drasticamente as chances de sucesso do primeiro empreendimento colonial intentado no Espírito Santo pelo governador Rubim, o qual não foi capaz por si só de superar essa falta de dinamismo. Em 1817, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, de passagem pelo Espírito Santo, visitou o povoado de Viana notando que:

O governo estabelecera em Santo Agostinho cerca de quarenta famílias, que vieram das Açores, sobretudo da Terceira e S. Miguel, e algumas poucas de Faial. Essa gente, que vive em grande pobreza, queixa-se amargamente de miséria; fizeram-lhe magníficas promessas que não foram cumpridas. (Wied-Neuwied, 1989:146)

Na mesma época, Saint Hilaire, que também visitou a povoação, registrou que:

Viana se compunha de cerca de 60 casas, que não se reuniam num só grupo. Algumas, construídas de barro e cobertas de palha, foram feitas dentro das próprias posses, e outras numa colina separada. Ao redor das casas, a mata foi derrubada e substituída por plantações

de milho, arroz, feijão e mandioca. No extremo de toda a zona cultivada há uma leve elevação tendo no alto uma larga plataforma, onde a igreja, o presbitério e também uma grande casa destinada ao governador foram construídas. (Saint-Hilaire, 1974:110)

Uma observação que atesta cabalmente a inserção definitiva desses colonos nas tradicionais atividades de subsistência da região, com pequena participação da produção mercantil, e confirma, num certo sentido, a impressão de “pobreza” local transmitida no relato do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied.

A independência política formal do país em 1822 e a constituição de um governo centralizado no Rio de Janeiro, o qual basicamente dava continuidade à intermitente política imigratória já iniciada por Dom João VI, com seu interesse na ocupação dos territórios supostamente despovoados, não traria, entretanto, grandes modificações para o Espírito Santo, persistindo a mesma situação de desalento da era Rubim. Mesmo assim, tomava corpo na própria cidade de Vitória, entre os membros da exígua elite política e administrativa local, a idéia de que só com a imigração de estrangeiros poderia a antiga capitania desenvolver-se satisfatoriamente. Um deles foi o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860), considerado por Afonso Cláudio o “primeiro e mais notável dos poetas espírito-santenses, no decurso da primeira metade do XIX século” (Claudio, 1912:53). Político e intelectual, Marcelino Pinto foi também um dos primeiros professores de filosofia na capitania e o autor de um famoso poema intitulado “Derrota de uma viagem ao Rio de Janeiro em 1817” (transcrito por Afonso Cláudio em sua obra) no qual descreve o governador Rubim como um “monstro feio” e despótico, “gemendo o povo aqui, ali chorando, não sabe se queixar; calado e mudo” (Claudio, 1912:65); apesar disso, em uma “Memória” de 1825 dirigida ao inspetor da “Colonização Estrangeira”, comentada pela primeira vez pelo saudoso historiador capixaba Renato Pacheco, Marcelino Pinto, depois de descartar a perspectiva de aproveitamento do indígena, visto por ele como indolente, e de realçar o custo excessivo de sua catequese, não deixava de assumir como muito apropriada a idéia, antecipada também por Rubim, de povoar todo o Espírito Santo, especialmente as margens dos seus numerosos rios, com imigrantes. Para ele o Espírito Santo era a menor província do país em população, agricultura e comércio e por essa razão oferecia as melhores condições para o estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros, principalmente nas margens dos rios Araçatiba e Santa Maria, o que, lembrava ele, poderia facilitar em muito o comércio com Minas Gerais, sonho antigo dos capixabas desde a era colonial.¹⁷

Em seu trabalho pioneiro na discussão do tema dos primórdios da colonização estrangeira, Renato Pacheco lembra ainda que, após a independência, várias tentativas foram feitas, todas elas infrutíferas, no sentido da realização da idéia longamente acalentada. Em 1827, por exemplo, o Sargento-Mor José Marcelino Vasconcelos dizia-se impossibilitado, por falta de meios, de “levantar o mapa topográfico dos terrenos devolutos e apropriados para a colonização de estrangeiros” e em 1829, Dom Pedro I autorizou um certo Mr. Henrici a transportar de Bremen para Vitória 400 colonos agricultores. No ano seguinte, o Marquês de Caravelas teria autorizado a colocação de estrangeiros nas proximidades de Viana, ao longo da já antiga “estrada do Rubim”. (Pacheco, 1978:126).

Na sequência, em mais uma demonstração de que a questão não preocupava apenas o governo imperial, na sessão do conselho do governo provincial de 5 de maio de 1830, o qual tratava de fazer, através da Câmara Municipal, uma subscrição voluntária para a limpeza da estrada que ligava Vitória a Minas, registra-se em sua ata que o conselheiro Francisco Coelho de Aguiar sugeria que

[...] convinha pedir-se respeitosamente a Sua Magestade a vinda de casas de colonos para se estabelecerem n’aquela estrada e nisto ponderou o conselheiro Domingos Leal que era justo que semelhantes colonos fossem isentos do recrutamento: assim se resolveu unanimemente e que os colonos fossem duzentos casas.¹⁸

No ano seguinte, 1831, no mesmo conselho de governo, (uma reunião dos líderes mais representativos da comunidade e do poder local, e antecessor das futuras assembleias legislativas que só passaram a existir legalmente em 1834), na sessão de 28 de fevereiro de 1831, o presidente da província declarou que o governo central lhe havia pedido informações sobre se “convinha augmentar-se os aldeamentos do Rio-Doce com mais de duzentos collonos alemães, que foram demitidos do serviço militar”. Ouvido o conselho a respeito, o conselheiro Monjardim, chefe de clã político tradicionalmente dominante na Vitória do séc. XIX, foi de parecer que, em vez de escolher o rio Doce, “como se tratava de limpar a estrada que por Itacibá communica esta província com a de Minas Geraes, era de muita utilidade assentar aquella colonia no caminho da dita estrada [...]”¹⁹, em mais uma clara evidência de que já naquela altura havia se cristalizado na pequena elite política e social radicada em Vitória a convicção de que era seu interesse fundamental a vitalização da estrada para Minas através da fixação de núcleos coloniais em seu trajeto.

Nesse mesmo sentido, já em 1846, o presidente provincial Herculano Ferreira Pena, demonstrava preocupação em “regular a distribuição das terras

por onde passa a estrada (do Rubim) sob condições tais que animem a pronta entrada de Colonos, nacionais e estrangeiros, para efetivamente povoá-la e cultivá-la”. (Pacheco, 1978:126) Mas foi o seu sucessor, o presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que, no ano seguinte (1847), deu início efetivo à colonização estrangeira no Espírito Santo, com o ingresso de 163 colonos alemães que formaram a primeira colônia, denominada de Santa Isabel, no atual município de Domingos Martins. O relatório apresentado por ele à Assembléia Legislativa do Espírito Santo em 23 de maio de 1847 é o mais importante documento sobre os primórdios da colonização estrangeira para o Espírito Santo e por isso mesmo importa acompanhar de perto suas ponderações.

Logo de início, Ferraz confessa sua frustração por ter verificado que havia uma distância muito grande entre o que se dizia das potencialidades da província, em virtude de sua localização privilegiada, e o “estado de atrasamento” em que a havia encontrado, e da surpresa com o insucesso da província que viera governar. O inteligente e bem informado Ferraz, que alguns anos depois ocuparia o importante posto de Ministro do Império, passou ao estudo das causas “que mais fortemente hão concorrido e concorrem para este estado”, verificando logo que a primeira causa desse atraso era justamente a “falta de população industriosa e livre que se applicasse a lavoura, e tirasse de suas magníficas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que offerecem com tão larga profusão”. Partindo deste ponto de vista fundamental, ligeiramente Ferraz chegou à conclusão de que a colonização com estrangeiros era mesmo a melhor solução, uma vez que “logares há na província para os quaes se pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se núcleos de colonização, não só por ser ella quasi toda cortada de rios navegáveis, cheia de portos e possuindo grandes extensões de mattas riquíssimas ainda devolutas [...]”²⁰ A existência de muitas terras devolutas, porém, significava que Ferraz na verdade dispunha de várias alternativas em termos da localização dessa primeira colônia e por essa razão é importante considerar as razões da escolha que ele fez. Segundo ele, tratava-se de

[...] estabelecer uma colônia na parte da referida estrada (para Minas), além de Vianna uma legua e meia, pouco mais ou menos, com a denominação de colonia de Santa Isabel. O local escolhido reúne em si muitas das principais vantagens de uma colonia agrícola. À fertilidade das terras, abundancia de aguas de cachoeiras que se prestão emprego de quaesquer machinas, e à salubridade do clima, acresce a proximidade da capital, que há de vir a ser para o futuro o mercado para o consumo e extração dos produtos de sua indústria.²¹

Ou seja, como se deduz desse depoimento, a implantação da primeira colônia efetivamente estrangeira no Espírito Santo fazia parte do velho projeto de ativar o desenvolvimento da capital, Vitória, através da viabilização da estrada que ligava essa cidade à província de Minas Gerais, uma vez que:

Tendo finalmente de passar por meio da colonia a estrada de São Pedro d'Alcantara outras muitas vantagens terão de forçosamente apparecer, logo que se torne franca e frequente a communicação entre esta e a provincia de Minas Geraes.²²

E assim:

Convencido das avultadas vantagens que, em beneficio do commercio e agricultura da provincia devem nascer desta via de communicação, tratei de, bem cedo, examinar seu estado, e pôr systematicamente em pratica os meios conducentes á anima-la. Persuadido porem, ao mesmo tempo, que os mineiros não têm ainda demandado este porto com a frequencia, que se deveria esperar, mais pela ausência de recursos, do que mesmo pelo mau estado da estrada, por quanto lhes é mister atravessar em grandes sertões, vendo-se na necessidade de trazerem comsigo, além do mantimento preciso, o milho para os animaes, sem encontrarem pastos, nem os ranchos proprios, assentei de, primeiro que tudo, curar de remover taes obstaculos, proveniente da falta de população, por meio de destacamentos fixos de praças da companhia de pedestres, formando cinco quartéis nos pontos correspondentes á marcha das mesmas tropas, e ordenei que, ao lado de cada um, se construísse um rancho, e se fizesse um pasto cercado. Estão quasi concluidos dois, achase o terceiro em andamento, e os outros dois devem a esta hora ter sido principiados. Havendo-se observado que, desde a freguesia de Vianna até o logar denominado o Chapéo, se podia praticar um atalho de algumas leguas, o qual, além de encurtar o caminho e de evitar a grande serra do Pirão sem Sal e outros morros íngremes, teria de dar impulso á cultura das excelentes terras devolutas nas margens do rio Jucú, mandei effectual-o, e destinei esse ponto para o estabelecimento da colonia de Santa Isabel. Espero que por essa forma ficará povoada brevemente a estrada, tanto mais agora que seguindo a communicação que vos fiz, tem de erigir-se uma capella, e residir um missionário no aldeamento do Castello, que por certo, há de atrahir população para a proximidade d'aquelle lugar.²³

Uma longa descrição que deixa muito claro, entretanto, a estreita conexão que se fazia entre vias de comunicação, povoamento e colonização e que naquela altura o “problema” indígena já não se colocava, nessa região, com a intensidade e gravidade de antigamente. E foi com esse argumento que o presidente Ferraz instigou a Assembléia Legislativa provincial a reconhecer que “do credito da colonia de Santa Isabel, depende muito sensívelmente o

progresso da imigração para a província de braços industriosos, sua primordial necessidade, e que há de ser o elemento mais poderoso de sua prosperidade.”²⁴ Nesse sentido, Ferraz não deixava de lembrar que a imigração estrangeira, mesmo que indiretamente, também visava ao equacionamento do problema cada vez mais premente da falta de mão-de-obra, uma vez que “tanto se ressentem os fazendeiros da falta de braços para darem valor ás suas terras”²⁵. Defendendo a implantação de um projeto para o qual julgava haver consenso na província, mas do qual muitos eram céticos, e por isso mesmo, Ferraz não se esquecia de “render os devidos louvores aos cidadãos que tanto me hão coadjuvado nesta empreza, que aos olhos de muitos parecia, quando não impossível, illusoria por algum tempo, por difícil de ser realisada.” E dentre esses cidadãos apontava justamente alguns nomes que eram membros da própria assembléia provincial.

Otimista com os primeiros resultados da implantação da colônia e feliz pelo fato de que os colonos estavam “entregues a seus trabalhos, animados, contentes e muito esperançosos de um futuro próspero”²⁶, Ferraz já naquele momento divisava a possibilidade da criação de outro núcleo, exatamente no local onde cerca de dez anos depois, (1857) ele mesmo, agora já na condição de ministro, determinaria a criação do núcleo de Santa Leopoldina, para isso estimulando o reconhecimento do local. Segundo ele:

Corria de há tempos, vagamente a notícia que o rio Santa Maria, depois do Cachoeiro chamado Grande, se tornava navegável outra vez na distancia de oito a dez léguas, mas não se conhecia coisa alguma de positivo sobre isto, até que ultimamente o padre Ignacio Rodrigues Bermude, seu irmão e outras pessoas, levadas pelo zelo do serviço publico, formaram uma expedição d’esta capital, a fim de fazerem uma exploração na qual verificarão que não era exacta a notícia, porque, depois de algumas dificuldades, que só a muito custo poderão ser removidas para a navegação além daquelle ponto, encontrarão por fim um Sexto Cachoeiro que totalmente a embarça. Não foi porém infructifera esta viagem, á vista da informação que prestarão á presidencia em officio e 20 do corrente, pelo reconhecimento de excellentes terras que julgão proprias para qualquer estabelecimento, e para a fundação de uma colônia, por offerecer a margem do rio facilidade para se abrir uma estrada até onde o rio é navegável, e pela qual possão transitar carros.²⁷

De fato, o aviso número 10 de 27 de fevereiro de 1857 do agora ministro do Império, Ferraz, determinava que os “terrenos compreendidos entre a Caxoeira grande e a de José Cláudio se medisse e demarcasse uma extensão correspondente a quatro legoas quadradas” e o presidente em exercício da

província, o Dr. José Maurício F. Pereira de Barros, não podemos saber se apenas “por dever de ofício” ou com real sinceridade, depois de haver encaminhado para a região os recém chegados colonos alemães (em grande parte suíços), admitia que:

[...] cada vez mais me convenço do acerto da escolha de tão bella localidade para um estabelecimento colonial. A natureza em verdade como que distribuiu com parcimonia esses sitios encantadores, para um tal destino: seria talvez mesmo difficil encontrar-se uma outra localidade que oferecesse, reunidas tantas condições favoraveis. Agoas excellentes, e abundantes, clima saudavel, terras fertilissimas, tudo á porfia se ostenta para convidar a colonização; e o terreno que apresenta todas as applicações industriaes.²⁸

Depois de lembrar, inclusive, que aqueles terrenos lhe pareciam muito apropriados para o cultivo do café, um produto que encontraria fácil comercialização em Vitória, Pereira Barros não se esquecia de mencionar o fato de que quanto às facilidades para os transportes,

[...] os colonos as poderão ter por terra e pelo rio em canoas; o porto da Pedra bem como o da Barra de Mangarahy parecem ser escolhidos pela natureza para os dois pontos extremos das communicações para a colonia; o primeiro a pequena distancia do Lameirão, o segundo a três leguas do lugar em que se acha hoje o assento da colonia.²⁹

Os primeiros tempos da colônia do rio Santa Maria, porém, não iriam confirmar o otimismo do presidente responsável por sua implantação, e cerca de quatro anos depois, em 1861, o presidente Costa Pereira, embora continuasse reconhecendo a importância da colonização e que “esse assumpto preocupa a administração da província porque é delle que em grande parte depende o futuro do paiz”³⁰, admitia, referindo-se à colônia de Santa Leopoldina, que ela seguia “lutando ainda com as difficuldades de aclimatação”³¹ e que

[...] este estabelecimento não pode rivalizar com o de Santa Izabel cuja fundação data de 1847. A sua produção é por ora pequena e insufficiente para o consumo dos próprios produtores, o que encontra explicação não somente na data recente da fundação do estabelecimento, mas também na ignorância em que vive a maior parte dos colonos, a respeito da cultura dos generos do paiz.³²

Na verdade, implicitamente, Costa Pereira admitia ter havido má escolha do local para a colônia, quando sugeria, por exemplo, que,

[...] para mim, o ponto da província que mais se presta à colonização, já pela vizinhança da população e por conseguinte pelos recursos que os colonos encontrarão já por sua posição próxima a província de Minas(sic), já finalmente pelo seu excelente porto é o território próximo da vila de Guarapary.³³

Uma sugestão que não se coadunava inteiramente com o interesse estratégico que havia presidido a fundação dos dois núcleos anteriores.

Nesse ponto dessa exposição, não poderia deixar de mencionar, a respeito das questões que estamos abordando, o ponto de vista de um viajante estrangeiro que visitou deliberadamente o Espírito Santo em 1860, justamente com a finalidade de examinar, a mando do governo de seu país, a Suíça, *in loco* a situação de seus compatriotas que viviam na recém fundada colônia de Santa Leopoldina, o Barão von Tschudi. Com extrema acuidade ele percebeu que

[...] o interior da Província é em sua maior parte coberto por uma selva densa, bastante montanhoso e habitado por grupos dispersos de índios selvagens. Por isso uma ligação terrestre duradoura e funcional entre as duas províncias só pode ter perspectiva de sucesso, racionalmente falando, através da colonização por uma população estrangeira ou nativa que gradualmente avance para o interior, concomitante à construção de estradas. De qualquer modo, ela teria enorme importância tanto para Minas Gerais quanto para o Espírito Santo e esta última Província, tão decadente, poderia adquirir assim uma maior significação.³⁴

Uma observação judiciosa que no fundo confirma toda a perspectiva que estamos desenvolvendo da estreita relação que teria se estabelecido entre vias de comunicação, povoamento e colonização. Mesmo assim, entretanto, Tschudi, mais preocupado em denunciar a situação dos colonos de Santa Leopoldina, e, portanto, com muito pouca boa vontade para reconhecer o acerto estratégico da escolha do governo, admitia e lhe parecia inconcebível “que o Governo Imperial tenha escolhido essa fatal localidade para uma colônia, numa Província tão rica em regiões muito férteis”, admitindo finalmente que,

[...] depois de haver ponderado cuidadosamente todas as circunstâncias, só posso explicar o fato da seguinte maneira: o Governo desejava fundar uma colônia na Província muito pouco povoada do Espírito Santo. Para a realização desse objetivo apareciam como oferecendo boas condições as terras do Governo com meios de comunicações fáceis e a uma distância média da capital da Província. Estas condições se encontravam ao longo do rio Santa Maria.(Tschudi, 2004:33).

Oscilando, dessa forma, entre um ponto de vista que reconhecia implicitamente o acerto estratégico da escolha do governo e de seus motivos, e um outro mais preocupado em denunciar a condição julgada por ele lamentável de seus compatriotas, que o levava a condenar explicitamente a escolha do local feita pelo governo, Tschudi acabou fazendo um prognóstico não inteiramente confirmado pelos fatos posteriores: o de que a colônia de Santa Leopoldina estava necessariamente fadada ao insucesso. Para ele:

[...] a colônia de Santa Leopoldina não tem futuro; os sacrifícios extraordinários que o Governo fez até hoje por esse estabelecimento podem ser considerados perdidos. Na minha opinião, o serviço de colonização deveria cessar a distribuição de terras, não enviar mais colonos e facilitar a transferência para outra colônia do Governo daqueles aos quais a improdutividade da terra tira qualquer perspectiva de sucesso. (Tschudi, 2004:42)

Para explicar essa má escolha, na parte do relatório em que expõe o seu ponto de vista de forma mais livre, Tschudi vai mesmo sugerir implicitamente que a escolha do local da colônia de Santa Leopoldina teria se devido a motivos puramente particulares, quando diz que:

Por exemplo. J.F. de Andrade e Almeida Monjardim, proprietário de terras, ocupava pela décima vez o cargo de vice-presidente da Província. No entanto, seu enteado era proprietário de um privilegiado armazém no Porto da Cachoeira e, sem a colônia, ele não teria sido dono de um negócio tão lucrativo. (Tschudi, 2004:74).

Na verdade, o que a crítica de Tschudi revela com precisão é que a política de assentamento de núcleos coloniais no interior da província do Espírito Santo estava envolvida, por um lado, como se reconhece comumente, em um projeto de reconstrução regional, proposto pelo governo imperial e dentro de uma macro-visão estratégica para o país, mas centrava-se também, por outro lado, e essencialmente, no desenvolvimento da cidade de Vitória e dos interesses comerciais, políticos e administrativos do pequeno núcleo dirigente de sua sociedade, entre os quais os Monjardins tinham papel de destaque, interesses que adquirem força e articulação, antes mesmo da implantação inicial dos primeiros núcleos, como vimos, e que acabaram determinando o seu sentido básico, como pensamos ter ficado demonstrado.

O erro da previsão de Tschudi derivou provavelmente do fato de que ele não foi capaz de prever os desdobramentos desse processo inicial de ocupação, uma vez que, como se sabe, foi a partir destes dois núcleos iniciais de Santa Isabel e Santa Leopoldina, e não da tão elogiada por ele Colônia do Rio Novo

(fundada por particulares em 1855 na região entre os rios Itapemirim, Novo e Benevente) que se iniciou a penetração efetiva da vasta região montanhosa do interior da província. Tanto que já um ano antes da visita de Tschudi ao Espírito Santo, em 1859, o engenheiro civil E. de la Martiniere, encarregado pelo presidente da província de elaborar um parecer sobre o estado em que se achavam as vias de comunicação da província, sugeria a possibilidade do desenvolvimento de uma nova ligação com Minas Geraes, (além das duas já existentes, a saber, a já citada de São Pedro d'Alcantara, que passava por Santa Isabel e tinha sido aberta por Rubim, e uma outra que se estabelecera através de Cachoeiro do Itapemirim e Alegre, mais ao sul da primeira) e que

[...] a direção mais favorável para tal estrada era seguir o valle do rio Santa Maria para depois procurar o vale do rio Guandú; esta direção teria a grande vantagem de favorecer a colonia de Santa Leopoldina e de Santa Isabel; principalmente a primeira cujos terrenos poucos favoráveis à agricultura na entrada, vão melhorando, muito mais para o centro, na direção Est-Oest; é certo também que por este meio os sacrificios feitos até hoje pelo governo central havião de produzir os desejados resultados, favorecendo o desenvolvimento material d'estas duas colonias com uma estrada, para a factura e a conservação da qual achar-se-há no mesmo logar os braços necessários e os meios de povoação; e ligando estas colonias por uma estrada de pequena extensão e facil a povoar, vê-se que d'esta sorte do rio Jucú até o Rio Doce, existirão os elementos de povoação necessária para aproveitar rapidamente os riquíssimos terrenos que existem entre esta linha norte sul e a divisa da provincia com Minas, terrenos todos devolutos, que ocupão uma superfície pouco mais ou menos de 150 legoas quadradas.³⁵

Uma visão que antecipava de forma premonitória o povoamento com colonos estrangeiros da região de Santa Teresa até Colatina, já no vale do rio Doce, e que se efetivaria plenamente com a entrada “maciça” de italianos na década de 1870, mas essa é quase outra história.

Conclusão

NO APAGAR DAS LUZES DA ERA COLONIAL, e em parte já no clima da “era da independência”, a antiga “Capitania” começa a tomar consciência dos grandes obstáculos que se interpunham ao seu crescimento e que geravam nela um ambiente persistente de “desânimo” e pessimismo. Nesse contexto, não se pode subestimar de todo a importância das iniciativas lideradas por representantes do poder central, como Silva Pontes e Rubim, ainda na era colonial, e de presidentes de província como Couto Ferraz já na fase independente. Elas

atestam que embora se tratasse de um sistema político bastante centralizador, que praticamente não sofreu solução de continuidade com a formalização do desmembramento político de Portugal em 1822, permanecendo esse centro político submetido a uma oligarquia extremamente diminuta, concentrada agora na Corte do Rio de Janeiro, e que possuía, por conseqüência, baixa representatividade, esse sistema não era inteiramente refratário à formulação de políticas de fomento que, embora resultantes de decisões tomadas “pelo alto”, de forma autoritária e com fortes vestígios das práticas absolutistas, patrimonialistas e clientelistas, não deixavam de corresponder de alguma forma às aspirações acalentadas de longa data, em zonas consideradas “remotas” como o Espírito Santo. Ou seja, o sistema era de baixa representatividade, mas não deixava inteiramente de ser legítimo, acolhendo parcialmente aspirações que não podiam apresentar-se de uma forma política organizada, e, nesse sentido, embora atuando como inibidor da formação de elites políticas e sociais regionais relativamente estruturadas, não deixava inteiramente de permitir o surgimento e a atuação dessas elites, mesmo quando suas aspirações e interesses não podiam aparecer sob a forma de uma “reivindicação”, ou de uma explícita pressão política sobre o poder constituído.

As evidências disponíveis no caso do Espírito Santo indicam que essas iniciativas do poder central no sentido de romper o que se chamou de “círculo vicioso” do atraso e da estagnação, foram correspondidas no nível local pela atuação de uma pequena elite de origem administrativa que se ramificava no plano social, graças à permanência e à atuação dos tradicionais mecanismos do patrimonialismo, mas que, no contexto criado pelas iniciativas dos representantes do poder central, puderam desenvolver-se no sentido da aquisição de uma incipiente consciência de seus interesses coletivos e de classe forçando pela sua realização.

Um fato não despidendo quando se trata de compreender a gênese do que se poderia chamar um “pensamento político capixaba”. Com efeito, em que pese o caráter “visionário” de muitas das propostas e sugestões emitidas naquele momento e os poucos resultados práticos atingidos, não se pode deixar de reconhecer, sem uma evidente demonstração de má vontade, que alguns dos desenvolvimentos e diagnósticos surgidos naquele contexto tiveram desdobramentos decisivos na história do Espírito Santo. Para relembrar, vamos recapitular apenas alguns deles.

É fato que os resultados práticos alcançados naquela época em termos da ligação com Minas Gerais foram muito modestos, mas não se pode negar que

foi em torno da verdadeira “obsessão” que se criou no sentido dessa ligação, em que se plasmou todo o futuro da antiga capitania, determinando-se, por exemplo, a partir das estradas iniciadas, a geografia dos assentamentos coloniais, e, em mais longo prazo, formulando-se um projeto de ligação ferroviária que está na origem do atual sistema ferroviário que liga as duas ex-capitanias.

Em segundo lugar, é viável apontar a relevância que teve naquele momento a idéia de que a colonização estrangeira era essencial para o desenvolvimento da região, uma idéia que, como vimos, foi abraçada com ênfase pela nascente elite local, mesmo quando seus resultados imediatos pareciam pouco animadores e muito grandes os obstáculos à sua realização. Pelo contrário, a força desse impulso inicial foi suficiente para gerar um ambiente que sem dúvida nenhuma teve muito a ver com os desdobramentos posteriores que haveriam de transformar o Espírito Santo num estado essencialmente de imigração, o que, evidentemente, não é dizer pouco.

Em terceiro lugar, aparece um aspecto que está profundamente relacionado aos dois itens anteriores e que diz respeito à importância do processo que se iniciou, então, de ocupação, aproveitamento econômico e repovoamento, e porque não dizer de desmatamento e destruição dos imensos sertões montanhosos que servirão de palco, a partir daquela época, para a saga do imigrante estrangeiro e serão o seu hábitat favorito até hoje, um processo também de gravíssimas conseqüências para nossa atual situação.

É digno de menção, numa notaçao completamente crítica e inconformista, o que não quer dizer necessariamente partidária, o fato de que naquele momento, talvez de forma muito mais intensa do que teria havido em toda a história pregressa do Espírito Santo, efetivou-se um violento e perverso processo de destruição sistemática das populações que habitavam originalmente esse espaço, legitimado com base na idéia de que elas eram um obstáculo, de outra forma intransponível, para o “progresso” e o desenvolvimento, numa atitude que se acrescentava ao desprezo que sentiam as nascentes elites locais pelas populações nativas derivadas da miscigenação secular e da “cabocização” profunda que tinha gerado grande parte da pequena população “civilizada”. Sentimentos e práticas fundamentais que foram a fonte decisiva de onde se originou também a verdadeira proscrição do índio e do “caboclo” como elementos da identidade regional, traço que hoje procura se afirmar com grande dificuldade.³⁶

Por fim, para terminar com uma notaçao menos negativa, não se pode deixar de mencionar a importância que tiveram aquelas iniciativas no sentido da afirmação, junto com a da pequena elite local, da também diminuta e antiga vila da Vitória.

Nascida nos tempos heróicos de Duarte Lemos, Vasco Fernandes Coutinho e Anchieta, em que pese o exercício que se concentrou nela das funções administrativas, militares, e religiosas, de fato, ela nunca havia chegado a se constituir em verdadeiro núcleo de integração social, econômico e político da capitania. Localizada numa região no mínimo problemática, em termos de seu aproveitamento agrícola, dada a estreiteza de sua faixa plana, com solos pobres e arenosos, e muitas áreas alagadas, a vila não conheceu, durante toda a era colonial, nenhum grande momento de franco fastígio e esplendor, e, em função desse passado, não se pode subestimar a importância que teve naquela conjuntura da primeira metade do século dezenove, de que tratamos, o esforço no sentido da afirmação de sua capitalidade e centralidade, objetivo que, como vimos, foi também um fator determinante de escolhas decisivas feitas naquele momento, como a dos locais para a implantação dos primeiros núcleos coloniais, o que também não é pouco.

Referências Bibliográficas

a) Fontes Primárias

CARTA RÉGIA de 04 de dezembro de 1816, publicada em Balestrero, H.L. "O povoamento do Espírito Santo (A marcha da penetração do Território)". Viana, Estado do Espírito Santo, 1976, pgs. 145-148

INFORMAÇÃO que Francisco Manuel da Cunha deu sobre a província então capitania do Espírito Santo ao Ministro de Estado Antônio de Araujo Azevedo, publicada originalmente em RIGHB, 6, 1844 e disponibilizada em <http://www.estaçãocapixaba.com.br/textos/historia/ihgb/franciscomanoel/html>, acesso em 16.03.2005.

OFÍCIO que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao Conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo, publicado originalmente na Revista do IHGB, 12:511-18, 1849 e disponibilizada em <http://www.estaçãocapixaba.com.br/textos/historia/ihgb/franciscomanoel/html>, acesso em 16.03.2005.

OLIVEIRA, J.J.M. *Notas e Apontamentos*: Notícias para a História da Província do Espírito Santo. RIHGB, Tomo XIX, 1856, n. 22,

PRÉ-MEMÓRIA do Governador do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802, publicada em "Documentos das Administrações Coloniais". Espírito Santo: Fundação Jones dos Santos Neves, vol 2.

RELATÓRIOS dos presidentes da província do Espírito Santo, referentes aos anos 1847, 1848, 1857, 1859, e 1861, APEES, <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 16.03.2005

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. S.Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

TSCHUDI, J.J. *Viagem à Província do Espírito Santo*: Imigração e Colonização Suíça, 1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

WIED-NEUWIED, M.P. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. S.Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

b) Bibliografia

BALESTRERO, H.L. *O povoamento do Espírito Santo (A marcha da penetração do Território)*. Viana, Estado do Espírito Santo, 1976.

CLAUDIO, A. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto, Off. Do “Comercio do Porto”, 1912.

COSTA, L.F. *Império e Grupos Mercantis: Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa, Livros Horizontes, 2002.

DERENZI, S. *Biografia de uma Ilha*. Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1965.

MOREIRA, V.M.L. A produção histórica dos “vazios demográficos”: guerras e chacinas no Vale do Rio Doce (1800-1830). In: *História: Revista do departamento de História da Ufes*. Vitória: Edufes, 2001, nº 9, p.99-123

OLIVEIRA, J. T de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1951.

PACHECO, R.J.C. Os primeiros anos: (Conflito nas colônias agrícolas espírito-santenses. 1847-1882). In: *Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida*, (vários). Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978, p.123-148.

SANTOS, E. F. O Território do Espírito Santo no fim da era colonial, in: Bittencourt, G. (org). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória, Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

Notas

¹ A historiadora portuguesa Leonor Freire Costa sugere a hipótese de que já nos finais do séc. XVI, quando teria havido um notável aumento do nível de investimento na indústria açucareira no Brasil, se teria fixado a “geografia das grandes regiões produtoras na capitania de Pernambuco e Bahia, obrigando à estagnação do Espírito Santo e das restantes do sul, aliás, recorrentemente ameaçadas pela pirataria francesa.” Cf. “Império e Grupos Mercantis: Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII), Lisboa, Livros Horizontes, 2002, p. 43”. Penso que a hipótese é interessante e que ela deve ser seriamente levada em consideração quando se trata de explicar a estagnação da antiga capitania de Vasco Fernandes Coutinho, entretanto, não se pode negar que a conjuntura aberta com a penetração holandesa, no século XVII, inclusive em seu aspecto militar, (que incluía a pirataria), e que transtornou completamente a navegação oceânica, prejudicou de forma irreversível a nascente economia açucareira no Espírito Santo. Assim, em conclusão, diria que as restrições impostas pela Coroa portuguesa no séc. XVIII, em virtude da necessidade que sentiu de proteger as minas de ouro do interior do país, teriam apenas dado o “golpe de finados” numa economia já cambaleante, por motivos muito mais profundos: uma interpretação global que contrasta nitidamente com boa parte da historiografia capixaba que displicentemente, a meu ver, tem enfatizado apenas as proibições do séc. XVIII como responsáveis pelo atraso da capitania. Nesse caso, não lhe ocorreu perguntar-se o porquê verificar-se que após a suspensão daquelas restrições, no princípio do séc. XIX, a capitania tenha continuado praticamente na mesma rotina da era colonial.

² Pré-Memória do Governador do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802 publicada em “Documentos das Administrações Coloniais”, Espírito Santo, Fundação Jones dos Santos Neves, vol 2, p. 66/70. Analisei mais detalhadamente a atuação e as propostas de Silva Pontes em “O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial”, in: BITTENCOURT, Gabriel, (org) “Espírito Santo: Um Painel da nossa História”. Vitória: Sec. de Estado da Cultura e Esporte, 2002, p. 153-187.

³ *Ib.*

⁴ *Ib.*

⁵ Pré-Memória do Governador do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802 publicada em “Documentos das Administrações Coloniais”, Espírito Santo, Fundação Jones dos Santos Neves, vol 2, p. 66/70. Analisei mais detalhadamente a atuação e as propostas de Silva Pontes em “O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial”, in: BITTENCOURT, Gabriel, (org) “Espírito Santo: Um Pannel da nossa História”. Vitória: Sec. de Estado da Cultura e Esporte, 2002, p. 153-187.

⁶ Trata-se do “Ofício que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao Conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo”, publicado originalmente na Revista do IHGB, 12:511-18, 1849 e disponibilizada em <http://www.estaçãocapixaba.com.br/textos/história/ihgb/franciscomanoel/html>, acesso em 16.03.2005.

⁷ *Ib.*

⁸ *Ib.*

⁹ *Ib.*

¹⁰ Trata-se do “Ofício que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao Conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo”, publicado originalmente na Revista do IHGB, 12:511-18, 1849 e disponibilizada em <http://www.estaçãocapixaba.com.br/textos/história/ihgb/franciscomanoel/html>, acesso em 16.03.2005.

¹¹ *Ib.*

¹² *Ib.*

¹³ Informação que Francisco Manuel da Cunha deu sobre a província então capitania do Espírito Santo ao Ministro de Estado Antônio de Araujo Azevedo, publicada originalmente em RIGHB, 6, 1844 e disponibilizada em <http://www.estaçãocapixaba.com.br/textos/historia/ihgb/franciscomanoel/html>, acesso em 16.03.2005.

¹⁴ Carta Régia de 04 de dezembro de 1816, publicada em Balestrero, H.L. O povoamento do Espírito Santo (A marcha da penetração do Território).Viana, Estado do Espírito Santo, 1976, p. 145-148.

¹⁵ *Ib.*

¹⁶ Cf. Ofício do coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro ao presidente Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, 07.01.1831, transcrito em Balestrero, H.L.op. cit, 154-156.

¹⁷ Trata-se da “Memória sobre as vantagens do estabelecimento dos novos colonos estrangeiros na Província do Espírito Santo, oferecida a Monsenhor Miranda, Desembargador do Paço e Mesa de Consciência e Ordens, por seu autor o Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte”, RJ, 3.5.1825, in: Coleção Marquês de Olinda, no IHGB, lata 212, doc.4, apud, Renato José Costa Pacheco, “Os primeiros anos: (Conflito nas colônias agrícolas espírito-santenses. 1847-1882), in: “Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida”. Vitória: Editora da Fundação. Ceciliano Abel de Almeida, 1978, p.123-148.

¹⁸ Extracto da Acta da sessão de 5 de maio de 1830, in: Notas e Apontamentos: Notícias para a História da Província do Espírito Santo por José Joaquim Machado de Oliveira, RIHGB, Tomo XIX, 1856, n. 22, p. 233).

¹⁹ Extracto da Acta da sessão de 28.02.1831, in: “Notas e Apontamentos...”, op. cit. p. 234.

²⁰ Relatório do presidente da província do Espírito Santo Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado à Assembléia Legislativa em maio de 1847. APEES, Rio de Janeiro, Typ. do Diário, 1848, microfilme.

²¹ *Ib.*

²² *Ib.*

²³ Relatório do presidente da província do Espírito Santo Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado à Assembléia Legislativa em maio de 1847. APEES, Rio de Janeiro, Typ. do Diário, 1848, microfilme.

²⁴ *Ib.*

²⁵ *Ib.*

²⁶ Relatório do presidente da província do Espírito Santo Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado à Assembléia Legislativa em maio de 1847. Apees, Rio de Janeiro, Typ. do Diário, 1848, microfilme.

²⁷ *Ib.*

²⁸ Relatório apresentado em 13.02.1857 pelo presidente J.M.F. Pereira de Barros, APEES, <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 16.03.2005

²⁹ Relatório apresentado em 13.02.1857 pelo presidente J.M.F. Pereira de Barros, APEES, <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 16.03.2005

³⁰ Relatório apresentado em 1861, pelo presidente J.F.da Costa Pereira Jr, p.84, APEES, <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 16.03.2005

³¹ *Ib.*

³² *Ib.*

³³ *Id.*, p.85

³⁴ O relato de Johann Jakob von Tschudi foi recentemente republicado numa edição primorosa pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, sob o título, “Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860”. Vitória: Apees, 2004, p. 61.

³⁵ Appenso J, do Relatório do presidente Pedro Leão Velloso, de 25.05.1859, Apees, www.ape.es.gov.br. Acesso em: 16.03.2005.

³⁶ Uma interessante discussão da historiografia devotada ao tema encontra-se no trabalho de Vania Maria Losada Moreira, “A produção histórica dos ‘vazios demográficos’: guerras e chacinas no Vale do Rio Doce (1800-1830)”, in: *História: Revista do departamento de História da Ufes*. Vitória: Edufes, 2001, nº 9, p.99-123.

ESTILAUQUE FERREIRA DOS SANTOS

Doutor em História do Brasil pela Universidade de São Paulo

Pós-doutor pela Universidade de Lisboa

Pesquisa em andamento: “A Monarquia Portuguesa no Brasil: a opção americana e a idéia de império luso-brasileiro”

estilauqueferreira@bol.com.br